

PLANO DE GOVERNO



**COLIGAÇÃO RENOVA PORTO VELHO
(2025-2028)**

PDT - PT - PSB - PV - PCdoB

**12 PASSOS PARA RENOVAR
PORTO VELHO**



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GOVERNO DE CÉLIO LOPES	3
INTRODUÇÃO	5
1. SAÚDE MAIS PERTO DAS PESSOAS	8
2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE QUALIDADE PARA TODOS	10
3. DESENVOLVIMENTO SOCIAL: INCLUSÃO E EQUIDADE	13
4. DESENVOLVIMENTO URBANO E DIREITO À CIDADE	16
5. TRAVESSIAS URBANAS: VIADUTOS E ANÉIS VIÁRIOS	19
6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL	21
7. DESENVOLVIMENTO RURAL SOCIAL E SUSTENTÁVEL	25
8. IGUALDADE E GARANTIA DE DIREITOS: FUNDAMENTOS DE UMA SOCIEDADE INCLUSIVA	27
9. CULTURA E ESPORTE PARA TODOS	30
10. SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ	32
11. TRANSIÇÃO SUSTENTÁVEL PARA A SOCIEDADE DO SÉCULO XXI	34
12. TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA: GESTÃO ÉTICA E EFICIENTE	37



APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GOVERNO DE CÉLIO LOPES

É com grande honra e entusiasmo que apresentamos o Plano de Governo da coligação RENOVA PORTO VELHO, composta pelos partidos PDT, PT, PSB, PV e PCdoB. Sob a liderança de Célio Lopes de Araújo Junior. Nossa coligação está determinada a trazer uma nova perspectiva de desenvolvimento para Porto Velho.

Célio Lopes de Araújo Junior, 33 anos, é natural de Porto Velho. Neto de seringueiros e filho de pescadores, enfrentou desde cedo as dificuldades de quem nasce nas barrancas do Rio Madeira. Trabalhou arduamente e sempre sonhou com uma vida melhor para sua família e sua comunidade, buscando uma cidade com mais oportunidades para todos.

Este sonho foi inspirado por seus pais, Célio Araújo e Marina Gomes, que lhe mostraram o caminho do trabalho e da luta social como a melhor forma de crescer e melhorar a vida dos pescadores e de sua comunidade. Foi nas reuniões e assembleias da Colônia de Pescadores Tenente Santana, a Z1 do Baixo e Médio Madeira, onde sua mãe era presidente, que Célio começou a trilhar o caminho para ajudar sua gente.

Despertou cedo para a participação nos movimentos sociais e presidiu a juventude do PDT por alguns anos, adquirindo uma formação política sólida e inovadora, voltada para as necessidades da nova geração e das pessoas mais necessitadas. Ele é um porto-velhense de sangue, de alma e de coração. Um legítimo beradeiro. Formado em Direito, já assumiu importantes funções na gestão pública e é um empreendedor inovador no setor privado. É um jovem que conhece profundamente a situação social, política e econômica da capital de todos os rondonienses e está preparado para conduzir este novo projeto de desenvolvimento que Porto Velho merece e necessita.

Esse plano se contrapõe a grupos que acreditam que a prefeitura deva ser ocupada somente por descendentes das tradicionais famílias políticas da nossa cidade, em que a hereditariedade seria o critério necessário para assumir a prefeitura, com uma visão patrimonialista, como se a prefeitura fosse a extensão de seus interesses particulares. Nosso plano de governo procura resgatar o direito de pensar grande, de construir a cidade que sonhamos, superando o atraso e caminhando firmes para o futuro, de forma planejada, inclusiva e participativa. A razão de ser nossa candidatura é atender aos interesses da população.

O plano está estruturado em seis eixos centrais e 12 estratégias para atender às reais necessidades da população de Porto Velho e está alinhado com as aspirações de todos os cidadãos que desejam uma cidade mais justa, inclusiva e próspera. Os pontos centrais incluem:

- **Educação de qualidade:** Investir na infraestrutura escolar, formação de professores e programas que incentivem a permanência dos alunos na escola, como a educação de tempo integral, garantindo um futuro melhor para as próximas gerações.
 - **Saúde para todos:** Fortalecer o sistema de saúde, ampliando o acesso e melhorando a qualidade dos serviços prestados, com ênfase na atenção básica e preventiva.
- Saneamento básico e habitação digna: Implementar projetos de saneamento básico que garantam acesso à água potável e esgotamento sanitário, além de programas de habitação que ofereçam moradias dignas para todos.
- **Desenvolvimento econômico sustentável:** Fomentar o empreendedorismo, atrair investimentos e criar empregos de qualidade, incentivando a inovação e a capacitação profissional.

Segurança e mobilidade urbana: Desenvolver soluções que melhorem a segurança pública e a mobilidade urbana, incluindo transporte público de qualidade, ciclovias e calçadas acessíveis.

Meio ambiente e sustentabilidade: Implementar políticas de proteção ambiental, incentivo à reciclagem, uso de energias renováveis e planejamento urbano sustentável.

Célio, com sua origem popular, conhecimento do sofrimento do povo e grande capacidade de agregar as pessoas, soube articular importantes forças progressistas, democráticas e populares. Essas forças agora apresentam esse plano de governo para os porto-velhenses que não querem que sua cidade seja conhecida por notícias negativas, e sim, como o local onde todos os cidadãos tenham oportunidades iguais e possam viver com dignidade e qualidade de vida. Nosso objetivo é pensar grande e ter uma Porto Velho renovada.

Contamos com o apoio e a participação de todos vocês para juntos realizarmos esta transformação.

Muito obrigado.



INTRODUÇÃO

Estudos recentes indicam que Porto Velho é a pior capital do Brasil para se viver, considerando água e saneamento básico, segurança pessoal, acesso ao conhecimento básico e qualidade do meio ambiente. Além desses dados, Porto Velho é uma das cinco capitais brasileiras com menor expectativa de vida. Os assassinatos de jovens, os homicídios e as mortes por acidentes de trânsito contribuem para essa posição. Essa triste realidade tem que mudar.

Para transformar essa realidade, nossa administração privilegiará investimentos sociais nas áreas de saúde, educação, assistência, saneamento básico, habitação, transporte, meio ambiente, cultura, desenvolvimento local e segurança, de forma articulada com todos os segmentos sociais e esferas de poder. Conhecendo as limitações de recursos financeiros, humanos, de infraestrutura e tecnológicos enfrentadas pelo município, torna-se essencial adotar uma abordagem inovadora na governança. Esse compromisso requer uma gestão ética, transparente e democrática, com ampla participação popular, visando priorizar e cuidar dos que mais necessitam.

A gestão inovadora começa com transparência e ética. A transparência nas decisões e na aplicação dos recursos permite que a população acompanhe e participe do processo governamental, reduzindo os riscos de corrupção e desperdício. A democracia é outro pilar fundamental dessa visão de governança. Instrumentos como conselhos comunitários, consultas públicas e orçamentos participativos são mecanismos que podem ser utilizados para envolver a população e fomentar um sentido de pertencimento e responsabilidade coletiva.

Priorizar e cuidar dos que mais precisam é um imperativo em um contexto de recursos escassos. As políticas públicas devem ser direcionadas para atender às necessidades básicas da população mais vulnerável, garantindo acesso à saúde, educação, moradia e assistência social. Programas de redistribuição de renda e iniciativas de inclusão social são essenciais para reduzir desigualdades e promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável. Além disso, a inovação tecnológica e a modernização da infraestrutura podem oferecer soluções criativas para superar as limitações existentes.

Investir em tecnologias de gestão pública, como sistemas de informação integrados e plataformas digitais, pode otimizar processos, reduzir custos e melhorar a prestação de serviços públicos. A infraestrutura, por sua vez, deve ser planejada de maneira estratégica, priorizando projetos que tragam benefícios a longo prazo e que possam ser mantidos de forma sustentável.

Uma gestão inovadora deve ter um olhar atento para o presente, mas sempre projetando ações para o futuro. Esse tipo de gestão reconhece a importância de atender às necessidades imediatas da população, ao mesmo tempo em que planeja e implementa estratégias para garantir um desenvolvimento contínuo e equilibrado a longo prazo. Ao projetar ações para o futuro, a gestão inovadora se preocupa em construir um legado duradouro. Isso significa planejar políticas públicas que não apenas resolvam problemas atuais, mas que também previnam futuros desafios.

Ademais, investimentos em educação, saúde, infraestrutura e meio ambiente são fundamentais para garantir um desenvolvimento sustentável. A educação de qualidade, por exemplo, prepara as futuras gerações para um mercado de trabalho em constante evolução, enquanto o cuidado com o meio ambiente assegura a preservação dos recursos naturais para as próximas gerações.

Já a assistência social será fortalecida com políticas públicas que ofereçam suporte às famílias em situação de vulnerabilidade. Programas de redistribuição de renda, capacitação profissional e inclusão social serão pilares para garantir que todos tenham as oportunidades necessárias para superar as dificuldades e viver com dignidade. O saneamento básico e a habitação serão prioridades, com investimentos em infraestrutura que garanta acesso à água potável, esgotamento sanitário e moradias dignas. Esses são direitos fundamentais que impactam diretamente a saúde e a qualidade de vida da população.

Em relação ao transporte e à mobilidade urbana, desenvolveremos soluções que facilitem o deslocamento das pessoas de forma segura e eficiente. A construção de viadutos e anéis viários são fundamentais para melhorar a mobilidade. Investiremos em transporte público de qualidade, ciclovias e calçadas acessíveis, promovendo uma cidade mais inclusiva e sustentável. Para a realização de investimentos nessas áreas, serão necessárias parcerias com outros entes, principalmente com a União.

O nosso compromisso com o meio ambiente será refletido em políticas que preservem e recuperem os recursos naturais, promovendo o desenvolvimento sustentável. Incentivaremos práticas ecológicas e projetos de energia renovável, alinhando o crescimento econômico à proteção ambiental. A cultura, por sua vez, será valorizada como um elemento central para a identidade e a coesão social. Apoiaremos iniciativas culturais, garantindo acesso à arte e à cultura para todos os cidadãos, fortalecendo a diversidade cultural e incentivando a produção artística local.

O desenvolvimento local será impulsionado através de parcerias com o setor privado, organizações não-governamentais e a sociedade civil, visando fomentar a economia e criar empregos. Incentivaremos o empreendedorismo, a inovação e a capacitação profissional, fortalecendo a economia local e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos. Nossa administração acredita que para alcançar esses objetivos é fundamental trabalhar de forma articulada com todos os segmentos sociais e esferas de poder. A colaboração entre governo, sociedade civil e iniciativa privada é essencial para construir uma cidade mais justa, inclusiva e próspera. Juntos podemos transformar nossa cidade em um lugar onde todos têm oportunidades iguais e onde o bem-estar da população é a prioridade máxima.

No âmbito econômico, nosso plano visa estimular o empreendedorismo, atrair investimentos e fomentar a inovação. Incentivaremos a criação de empregos de qualidade e apoiaremos as pequenas e médias empresas locais, que são fundamentais para a economia de Porto Velho. Programas de capacitação e qualificação profissional serão implementados para assegurar que nossa força de trabalho esteja preparada para os desafios do mercado atual e futuro.

Socialmente, nosso foco está em garantir direitos e ampliar o acesso a serviços essenciais como saúde, educação, habitação e assistência social. Investiremos em políticas públicas que promovam a inclusão social, reduzam desigualdades e ofereçam oportunidades iguais para todos. A educação será uma prioridade, com investimentos em infraestrutura escolar, formação de professores e programas que incentivem a permanência dos alunos na escola.

Ambientalmente, nosso compromisso é com a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais. Implementaremos políticas de proteção ambiental, incentivo à reciclagem, uso de energias renováveis e planejamento urbano sustentável. Acreditamos que um meio ambiente saudável é essencial para o bem-estar da população e para o desenvolvimento econômico de longo prazo.

Nosso Plano de Governo é fruto do acúmulo histórico das propostas apresentadas e implementadas pelos partidos que compõem a coligação RENOVA PORTO VELHO em todo o país, aliado a um amplo diálogo com a população de Porto Velho. Esse plano visa promover uma transformação social local capaz não apenas de retomar o crescimento econômico, mas, acima de tudo, de construir um desenvolvimento que seja local, social e ambientalmente sustentável. Ele será submetido ao crivo da população e durante a campanha esperamos aperfeiçoá-lo com os debates e sugestões que serão apresentadas.

Nosso Plano de Governo reflete a visão de uma Porto Velho mais justa, inclusiva e sustentável. Com a experiência acumulada pelos partidos da coligação RENOVA PORTO VELHO e a participação ativa da população, estamos determinados a construir uma cidade onde todos possam prosperar e viver com dignidade, respeitando o meio ambiente e promovendo o desenvolvimento em todas as suas dimensões. Juntos faremos de Porto Velho um exemplo de transformação social e sustentabilidade para todo o país.





A saúde pública é um dos pilares essenciais para o bem-estar da população de Porto Velho. A gestão municipal, como ente responsável pela atenção primária à saúde, tem o papel crucial de garantir que todos os cidadãos tenham acesso a serviços de qualidade, conforme os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS): universalidade, integralidade e equidade. Atualmente, a prefeitura enfrenta desafios significativos que exigem uma abordagem eficaz e centrada na melhoria contínua dos serviços de saúde oferecidos.

DIAGNÓSTICO

I - Infraestrutura insuficiente nas unidades de Saúde

As Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) estão sobrecarregadas, especialmente nas zonas leste e sul, atendendo além de suas capacidades, comprometendo a qualidade do atendimento.

II - Problemas de gestão e atendimento

Há uma alta demanda por serviços de baixa complexidade nas UPAs, evidenciado pelo elevado número de pacientes classificados com pulseira verde que poderiam ser atendidos em outras unidades de saúde menos complexas.

III - Falta de profissionais e equipamentos

A falta de médicos e outros profissionais de saúde resulta em longas esperas para atendimento, especialmente em especialidades médicas. Além disso, problemas frequentes com equipamentos, como aparelhos de raio-X, limitam a capacidade de diagnóstico e tratamento.

PROPOSTAS

I - Fortalecimento da atenção primária à saúde

1. Ampliar a cobertura das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e do Programa Saúde da Família (PSF): Construção de novas unidades e reestruturação das existentes de forma a garantir o acesso fácil e contínuo aos serviços de saúde preventivos e de controle de doenças crônicas.
2. Implementar estratégias de incentivo à contratação e fixação de profissionais de saúde: Foco em médicos, enfermeiros e agentes comunitários de saúde.

II - Descentralização e melhoria do atendimento de baixa, média e alta complexidade

3. Construir o Hospital Municipal de Porto Velho.
4. Construir uma AMA (Atendimento Médico Ambulatorial) equipada com laboratório e centro de diagnóstico de imagens: raio-X, ultrassonografia, tomografia, ressonância magnética e outros para atender demandas de baixa e média complexidade, aliviando as UPAs. Casos de dor de ouvido, dor de garganta, crises de asma e infecção urinária serão

tratados nessa unidade, aberta 24 horas por dia.

5. Requalificar e modernizar as unidades Ana Adelaide e José Adelino, aumentando a quantidade de atendimentos e sua resolutividade.
6. Reorganizar o fluxo de atendimento nas UPAs: otimizar a triagem e encaminhamento dos pacientes conforme a gravidade dos casos.
7. Construir um Pronto Atendimento para os servidores públicos municipais, com qualidade no atendimento e proporcionando a sustentabilidade econômica do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do município de Porto Velho (IPAM).
8. Atender aos distritos utilizando recursos de telemedicina. Usar esse recurso caso não consiga contratar profissionais.

III - Expansão do atendimento médico especializado

9. Utilizar recursos de telemedicina.
10. Implementar programas de saúde do trabalhador, prolongando o horário de funcionamento dos postos em conformidade com a demanda.
11. Aumentar a oferta das especialidades médicas, com maior oferta de consultas e descentralização das ações do Centro de Especialidades Médicas.

IV - Modernização e manutenção da infraestrutura de saúde

12. Realizar levantamento e atualização dos equipamentos médicos: Garantir o pleno funcionamento de aparelhos essenciais, como os de raio-X e ultrassonografia, bem como a aquisição de novas tecnologias para diagnóstico e tratamento.
13. Investir na manutenção regular e preventiva das instalações e equipamentos das unidades de saúde municipais.

V - Qualificação da gestão pública e valorização do trabalho na área da saúde

14. Valorizar o trabalho e os trabalhadores da saúde: reconhecer seus saberes e competências, adotando princípios de gestão participativa e cogestão em defesa do SUS municipal.

O nosso compromisso é com a melhoria contínua dos serviços prestados à população na área da saúde. Priorizamos o acesso universal e de qualidade, a valorização dos profissionais, a construção de hospital municipal e a implementação de tecnologias inovadoras. Nosso objetivo é formar um sistema de saúde mais eficiente, humanizado e capaz de atender às necessidades de todos os cidadãos, garantindo um futuro mais saudável para Porto Velho. Juntos podemos transformar a saúde pública e proporcionar uma vida melhor para todos.



O Plano de governo para a educação em Porto Velho visa promover educação inclusiva e de qualidade, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Reconhecemos a importância de garantir o acesso, permanência, qualidade e equidade na educação pública, além de enfrentar os desafios atuais, como a falta de profissionais qualificados e de infraestrutura adequada.

DIAGNÓSTICO

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho (SEMED) enfrenta diversos desafios para oferecer uma educação de qualidade. Em 2023, a rede pública municipal contava com 140 unidades escolares, atendendo 42.551 alunos, mas com um número insuficiente de 5.633 servidores. Observa-se que há carência de profissionais capacitados, especialmente para atender alunos com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Porto Velho foi classificada como a pior capital brasileira no Índice de Progresso Social (IPS Brasil) em 2024, destacando-se negativamente na subdimensão Acesso ao Conhecimento Básico e ocupando a 3.775ª posição entre os municípios brasileiros. No último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), Porto Velho apresentou índice de 5,3 referente ao ano de 2021, mesmo índice de 2019. Ao longo dos anos, observa-se melhora no índice, contudo, ainda assim encontra-se na 20ª posição em relação aos municípios do estado de Rondônia. Este baixo desempenho está associado a uma alta taxa de evasão escolar, falta de professores qualificados e infraestrutura inadequada. A nota de 5.3 do Ideb indica um desempenho razoável, mas ainda há espaço para melhorias.

Além disso, o abandono dos alunos do ensino fundamental é um ponto destacado no Índice de Progresso Social (IPS Brasil) para Porto Velho como um ponto crítico. A solução para este problema passa pela construção, reforma e ampliação de creches e pré-escolas, garantindo ambientes seguros e adequados para o desenvolvimento das crianças; capacitação de educadores, investindo na formação contínua de professores da educação infantil, focando em metodologias que promovam o engajamento e o desenvolvimento integral das crianças; oferecer apoio psicossocial às famílias, identificando e tratando problemas que possam contribuir para o abandono escolar, como dificuldades econômicas e questões de saúde mental; implementar um sistema de monitoramento regular do desempenho e da frequência dos alunos, identificando precocemente sinais de risco de abandono; desenvolver atividades extracurriculares por meio do engajamento dos alunos em esportes, artes e outras áreas de interesse, criando um vínculo positivo com a escola.

PROPOSTAS

I - Formação e valorização dos profissionais da educação

1. Reformular o Plano de Carreira, Cargos e Salários, valorizando mestres e doutores.
2. Promover formação inicial e continuada, considerando as especificidades das escolas do campo.

3. Criar programas de cuidado à saúde física e mental dos profissionais da educação.
4. Viabilizar o pagamento do piso salarial para professores.
5. Retirar ponto eletrônico nas escolas.
6. Realizar concurso público para atendimento na área da docência, bem como de área técnica para sanar as necessidades existentes.

II - Acesso, permanência, qualidade e inclusão

7. Serão adotadas políticas públicas para ampliar o acesso e estimular a permanência das crianças e jovens por mais tempo na escola, como a educação de tempo integral.
8. Universalizar progressivamente o ensino fundamental e a educação infantil, ampliando o atendimento em creches.
9. Assegurar atendimento especializado para crianças e jovens com deficiência, com estrutura e profissionais capacitados.
10. Implementar a política de Educação do Campo, em parceria com comunidades rurais e movimentos sociais.
11. Melhorar a infraestrutura para atividades extracurriculares e garantir o transporte escolar adequado.
12. Ofertar merenda escolar de qualidade, melhorando o cardápio da merenda nas escolas, intensificando a aquisição de alimentos dos produtores da região.

III - Educação inclusiva

13. Contratar e capacitar cuidadores para alunos com deficiência e promover formação continuada para professores.
14. Firmar parcerias para atendimento multidisciplinar a estudantes com necessidades especiais.
15. Investir na inclusão digital, garantindo equipamentos e acesso à internet para todos os alunos.

IV - Educação de Jovens e Adultos (EJA)

16. Expandir a oferta de EJA na área urbana e rural, articulando-a com formação profissional e enfrentando a evasão escolar.

V - Ampliação e modernização das escolas

17. Construir e modernizar escolas municipais, com laboratórios, quadras esportivas e pátios para eventos.
18. Construir escolas com estrutura adequada para o ensino em período integral, a exemplo dos CIEPs – Centros Integrados de Educação Popular, criados pelo antropólogo, historiador, sociólogo, político e pedetista Darcy Ribeiro, no Estado do Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola.
19. Criar salas de recurso multifuncional.
20. Ampliar a rede de creches e escolas de educação infantil.
21. Climatizar salas de aula e construir espaços adequados para a educação integral.

O plano de governo sintetiza os compromissos e propostas para a melhoria da educação em Porto Velho, com foco na inclusão dos alunos, na qualidade do ensino e na valorização dos profissionais.



3. DESENVOLVIMENTO SOCIAL: INCLUSÃO E EQUIDADE



A implementação de políticas sociais é essencial para diminuir os efeitos das desigualdades estruturais e melhorar a vida das pessoas, especialmente as mais vulneráveis. Nosso programa de Governo propõe integrar políticas e ações para enfrentar a miséria e as desigualdades, assegurando e ampliando os direitos sociais de forma universal. No governo de Célio Lopes, promoveremos ações que garantam condições dignas de sobrevivência às famílias de nossa cidade, articulando diversas políticas públicas municipais capazes de cuidar das pessoas mais vulneráveis e favorecendo a inclusão produtiva dessas famílias.

DIAGNÓSTICO

Porto Velho enfrenta desafios significativos em termos de desigualdade social, com muitas famílias vivendo em condições de vulnerabilidade. A crise econômica agravou a situação, aumentando a fome e a insegurança alimentar. A rede de proteção social existente precisa ser fortalecida e expandida para atender às necessidades crescentes da população. É crucial consolidar e qualificar as políticas públicas de assistência social, segurança alimentar, inclusão social e proteção de crianças, adolescentes e idosos.

PROPOSTAS

I - Proteção social

As políticas públicas devem ser compreendidas como direitos do cidadão, não como benemerência. Por isso, vamos:

1. Consolidar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS): Fortalecer os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS).
2. Ampliar e qualificar a rede de proteção social: Focar em segmentos vulneráveis, como baixa renda, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e população em situação de rua, articulando esses serviços com outras políticas públicas como saúde e educação.

II - Inclusão social

3. Desenvolver programas de inclusão: que visem a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e minorias.
4. Apoiar grupos vulneráveis: criar políticas de apoio às populações em situação de rua e aos migrantes, garantindo acesso a serviços básicos.
5. Promover cultura de inclusão: por meio de campanhas de conscientização e inclusão, valorizando a diversidade cultural e social da cidade.
6. Promover acessibilidade: garantindo que os espaços públicos e serviços sejam acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas.

III - Segurança alimentar

Como resultado da implementação das políticas neoliberais adotadas pelo governo federal entre 2016 e 2022, a fome voltou a atingir um contingente significativo de famílias. Nosso governo desenvolverá ações de segurança alimentar para minimizar esse efeito no município de Porto Velho:

7. Reimplantar restaurantes populares: Assegurar o direito de acesso a uma refeição saudável em diversas regiões do município, em parceria com programas como o Cozinha Brasil.
8. Construir rede de apoio a cooperativas de agricultura familiar e orgânica: adquirindo produtos para a alimentação escolar e distribuição às famílias vulneráveis.
9. Criar um banco de alimentos: estimulando a parceria com o setor privado na captação de alimentos para redistribuição às populações vulneráveis.
10. Incentivar a criação de hortas comunitárias: inclusive em terras públicas, para geração de renda no território.
11. Fomentar a educação alimentar e nutricional: promovendo campanhas de combate ao desperdício alimentar e de prevenção à obesidade.

IV - Políticas para crianças e adolescentes

12. Erradicação do trabalho infantil: estabelecer políticas específicas orientadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para erradicar o trabalho infantil e combater a violência contra crianças e adolescentes, especialmente a violência sexual.
13. Consolidar a rede intersetorial de proteção e prevenção: com atendimento especializado para vítimas de violência.
14. Fortalecer o serviço de abordagem social: focando em crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil.
15. Estimular vínculos de convivência familiar e comunitária: fortalecendo vínculos em territórios de alta vulnerabilidade social.
16. Fortalecer os Conselhos Tutelares.

V - Políticas para idosos

17. Promover ações de valorização e sensibilização: ações que valorizem o idoso e sensibilizem as famílias e a sociedade sobre suas necessidades e direitos, visando o envelhecimento ativo e saudável.
18. Fortalecer atividades socioeducativas em Centros de Convivência de Idosos, garantindo a ampliação da rede.
19. Oferecer formação digital para ampliar o acesso às novas tecnologias.
20. Qualificar instituições e profissionais: por meio de ações de qualificação para instituições de longa permanência e para os profissionais que cuidam de idosos.

VI - População em situação de rua

O governo da coligação RENOVA PORTO VELHO fortalecerá a rede de proteção social às pessoas em situação de rua:

21. Realizar censo da população em situação de rua para caracterizar essa população na cidade.
22. Criar abrigos: acessíveis para mulheres e homens, com atendimento de alimentação, saúde, higiene e pernoite.
23. Assegurar atendimento e desenvolvimento de sociabilidades: com atividades direcionadas ao desenvolvimento de sociabilidades e qualificação profissional, propiciando a construção de um novo projeto de vida para essas pessoas, incluindo moradia coletiva com outras pessoas egressas dessa situação.

Nosso compromisso é com um desenvolvimento social inclusivo e equitativo, que assegure direitos e dignidade a todos os cidadãos de Porto Velho. Com a implementação dessas propostas, fortaleceremos a rede de proteção social, promoveremos a inclusão e garantiremos que ninguém seja deixado para trás. Juntos, construiremos uma cidade mais justa, solidária e acolhedora.





Porto Velho é uma cidade em constante crescimento, enfrentando desafios complexos de desenvolvimento urbano. Para garantir uma cidade mais justa e inclusiva é essencial que todos os cidadãos tenham acesso igualitário aos serviços e oportunidades, respeitando o direito à cidade. Esse plano propõe ações para melhorar a qualidade de vida, promovendo moradia digna, infraestrutura básica e um ambiente urbano saudável e sustentável.

DIAGNÓSTICO

Porto Velho enfrenta desafios significativos como a escassez de infraestrutura básica, especialmente em áreas periféricas e assentamentos precários que carecem de saneamento básico adequado e serviços essenciais. A mobilidade urbana é limitada, com um sistema de transporte público insuficiente e mal integrado. A especulação imobiliária agrava as desigualdades sociais, dificultando o acesso à moradia digna. Além disso, a gestão inadequada de resíduos sólidos e a falta de infraestrutura de drenagem eficiente aumentam os riscos ambientais e de saúde pública.

O acesso à cidade também inclui o acesso ao rio Madeira, que tem uma grande importância na configuração histórica e geográfica da cidade. O Plano de Célio Lopes inclui a construção e ativação de espaços de convivências e usos público nas margens do rio, resgatando a cultura beradeira e a relação histórica de nossa população com o rio Madeira.

PROPOSTAS

I - Revisão e implementação do Plano Diretor

1. Revisar e submeter à Câmara Municipal o Plano Diretor atualizado, incluindo diretrizes para o crescimento urbano sustentável, a regularização fundiária e o combate à especulação imobiliária.
2. Garantir as funções sociais da propriedade e da cidade por meio da aplicação dos instrumentos do Estatuto das Cidades, como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), IPTU progressivo e edificação compulsória para combater a especulação imobiliária.

II - Habitação digna e regularização fundiária

3. Implementar a Política municipal de habitação: uma política que atenda diferentes necessidades habitacionais, incluindo promoção, financiamento e assistência técnica para regularização fundiária e melhoria de moradias precárias.
4. Implementar um programa de regularização fundiária abrangente para garantir a segurança jurídica dos moradores em áreas de ocupação irregular na cidade.
5. Desenvolver habitação social: construir habitações de interesse social e melhorar moradias existentes em áreas precárias, além de criar um programa de assentamentos planejados.
6. Reassentamento em áreas seguras: Reassentar famílias de áreas de risco em locais

seguros, garantindo condições adequadas de habitação.

7. _ Apoiar juridicamente as famílias em áreas em litígio por usucapião.

8. Programa de regularização fundiária: Priorizar a regularização gratuita de imóveis urbanos e rurais.

III - Saneamento básico e gestão de recursos hídricos

9. Expandir redes de saneamento: ampliar a cobertura de redes de abastecimento de água potável, em parceria com a Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD), visando universalizar o acesso a esse serviço essencial.

10. Coleta e tratamento de esgoto: Exigir da CAERD a elaboração e execução de plano de investimentos para aumentar progressivamente a coleta e tratamento de esgoto, mantendo a separação entre águas pluviais e esgoto.

11. Pleitear recursos federais para a universalização dos serviços de água e esgoto em Porto Velho.

12. Preservar recursos hídricos: Desenvolver projetos para a preservação e recuperação de nascentes e mananciais, promovendo o uso consciente e o reuso da água.

13. Drenagem urbana: Implementar plano abrangente para a prevenção de enchentes e alagamentos, além da manutenção e expansão da infraestrutura existente.

IV - Gestão de resíduos sólidos

14. Ampliar coleta seletiva e reciclagem: integrar cooperativas de catadores, e promover reciclagem e compostagem, incentivando o consumo responsável.

15. Educação ambiental: implementar campanhas de conscientização sobre gestão de resíduos e reciclagem para a preservação ambiental.

16. Limpeza de terrenos baldios: reimplementar o programa de limpeza de terrenos baldios com fiscalização e cobrança pelo serviço realizado.

17. Educação e sensibilização: Desenvolver programas educativos para que a população mantenha limpa a frente de suas propriedades e ampliação dos programas educativos sobre limpeza pública.

V - Mobilidade urbana e transporte público

18. Integrar e modernizar o transporte público, criando corredores exclusivos para ônibus e reestruturando as rotas para maior eficiência.

19. Expandir infraestrutura para ciclistas e pedestres: expandir a rede de ciclovias, melhorar a acessibilidade das calçadas e implantar medidas de trânsito seguro para ciclistas e pedestres.

20. Regulamentação de serviços de transporte: estabelecendo regras claras para a operação de táxis, mototáxis e aplicativos de transporte, visando um sistema de mobilidade equilibrado.

VI - Construção, recuperação e valorização de espaços públicos

21. Revitalizar áreas verdes: Recuperar e manter parques, praças e outras áreas verdes,

oferecendo infraestrutura para lazer, esportes e eventos culturais.

22. Desenvolvimento de novos espaços comunitários: identificar e desenvolver novas áreas para convivência e integração comunitária, especialmente em bairros carentes.

23. Construção de parques lineares: áreas verdes construídas ao longo de cursos d'água, linhas ferroviárias desativadas, rodovias ou outras faixas de terreno linear. Esses parques têm a função de proporcionar espaços de lazer e recreação, promover a conservação ambiental e melhorar a qualidade de vida urbana.

VII - Sustentabilidade e energia

24. Eficiência energética: promover o uso de tecnologias de eficiência energética em prédios públicos e incentivar o uso de energias renováveis na cidade.

25. Incentivar práticas de construção sustentável, com o uso de materiais ecológicos e técnicas que minimizem o impacto ambiental.

VIII - Inclusão digital e tecnológica

27. Expandir o acesso à internet de alta velocidade, priorizando áreas periféricas para garantir o acesso à recursos digitais para todos os cidadãos.

28. Implementar soluções de cidades inteligentes para otimizar a gestão urbana, incluindo iluminação pública eficiente, monitoramento de segurança e gestão de resíduos.

IX - Drenagem e pavimentação

29. Infraestrutura viária: pavimentar e qualificar vias urbanas, incluindo sistemas de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto e calçadas permeáveis.

30. Manutenção do sistema de drenagem: manutenção contínua do sistema de drenagem urbana e desassoreamento de rios e córregos.

31. Ampliar o programa de encascalhamento e limpeza das ruas, garantindo vias seguras e acessíveis.

Esse plano de governo propõe um conjunto de ações integradas para transformar Porto Velho em uma cidade mais inclusiva, sustentável e justa. A parceria com a CAERD e outras entidades será crucial para a implementação das propostas, visando o acesso universal à serviços básicos e a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. A promoção de um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável garantirá uma cidade preparada para o futuro, sendo o direito à cidade efetivamente exercido por todos.



5. TRAVESSIAS URBANAS: VIADUTOS E ANÉIS VIÁRIOS



Viadutos urbanos e anéis viários são infraestruturas cruciais para a mobilidade urbana. Viadutos permitem a travessia de vias congestionadas, melhorando o fluxo de trânsito e reduzindo atrasos. Ao aliviar o tráfego nas vias principais, os viadutos contribuem para a segurança viária e para melhor qualidade de vida urbana, tornando as cidades mais habitáveis e sustentáveis. Eles ajudam a descongestionar áreas críticas, facilitando o deslocamento em áreas densamente povoadas.

Além disso, os anéis viários são importantes sistemas de rodovias que circundam áreas urbanas, servindo para desviar o tráfego de passagem do centro das cidades e reduzir o congestionamento. Eles facilitam o fluxo de veículos, melhoram a logística de transporte e contribuem para a segurança viária. Os anéis são cruciais para o desenvolvimento econômico, pois conectam zonas industriais, comerciais e residenciais de forma eficiente, além de proporcionar rotas alternativas para veículos pesados, minimizando seu impacto nas áreas urbanas.

DIAGNÓSTICO

Mobilidade urbana refere-se à capacidade de movimentação de pessoas e bens dentro de uma cidade de maneira eficiente, segura e sustentável. A mobilidade urbana envolve a implementação de estratégias e infraestrutura que facilitam o deslocamento e reduzem congestionamentos, com vistas a melhorar o fluxo de tráfego.

A Prefeitura de Porto Velho desenvolveu um projeto denominado Travessias Urbanas, o encaminhando para o Governo Federal, que consistia na construção de viadutos e vias laterais ao longo da BR-364 no trecho entre a Faculdade Faro e a rua Prudente de Moraes. Na época, a BR-364 isolava a zona sul da cidade das demais regiões.

Atualmente, a BR-319 atravessa a região central da cidade gerando conflitos entre as vias locais e a BR, dificultando o acesso da população a outras regiões da cidade e à boa parte do comércio local que se encontra nessa região. Estes conflitos são resolvidos com semáforos, de forma muito morosa, provocando longas filas e rotatórias constantemente congestionadas, causando perda de tempo para a população no deslocamento da região central para os bairros.

Já passou a hora de darmos continuidade a esse projeto e na gestão de Célio Lopes vamos encaminhar ao Governo Federal a proposta de construção da Travessia Urbana II, no trecho entre o trevo do roque até a ponte para Humaitá.

PROPOSTAS

I - Travessias Urbanas II

1. Construção de viadutos na BR-319: Implementar viadutos no trecho urbano da BR-319 para permitir que o tráfego na rodovia flua continuamente. Os cruzamentos de maior congestionamento são:

- a) Avenida Jorge Teixeira com avenida dos Imigrantes;
- b) Avenida Jorge Teixeira com avenida Calama;

- c) Avenida Jorge Teixeira com rua Abunã;
- d) Avenida Jorge Teixeira com avenida Pinheiro Machado.

2. Construção de Anéis Viários, como Contorno Norte e Contorno Sul: Construção de vias que desviem o tráfego de passagem do centro da cidade, especialmente o fluxo de caminhões de grande porte, reduzindo congestionamentos nas áreas centrais e melhorando a circulação.

Para realização dessas obras será necessário o estabelecimento de uma parceria com outros entes, principalmente a União, sobretudo porque a Avenida Jorge Teixeira (BR-319) é mantida pelo governo federal pois pertence à União, assim como o Anel Viário Norte, ligando a BR-364 a BR-319 e o Anel Viário Sul na BR-364. Por isso é importante ter um prefeito de Porto Velho alinhado ao governo federal.

II - Gestão do Tráfego

- 3. Uso de tecnologia para monitoramento e gestão, com implementação de semáforos inteligentes, sensores de tráfego e sistemas de informação ao motorista para monitorar e gerenciar o fluxo de veículos de maneira eficiente.
- 4. Desenvolver sistema integrado de gestão do tráfego que utilize dados em tempo real para ajustar os sinais de trânsito e informar os motoristas sobre as condições das vias.

O plano de mobilidade urbana proposto por Célio Lopes visa transformar Porto Velho em uma cidade onde o deslocamento seja eficiente, seguro e sustentável. Com a implementação de viadutos, desenvolvimento de anéis viários e uso de tecnologia avançada para gestão do tráfego, nosso objetivo é melhorar significativamente a mobilidade urbana, reduzindo congestionamentos e promovendo melhor qualidade de vida para todos os cidadãos. Ao dar continuidade ao projeto “Travessias Urbanas” e introduzir novas medidas, reafirmamos nosso compromisso em construir uma cidade mais acessível e integrada.



6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL: CONSTRUINDO O FUTURO



O desenvolvimento econômico sustentável e solidário é essencial para garantir a prosperidade e o bem-estar da população de Porto Velho. Nosso governo, liderado por Célio Lopes, será um indutor do desenvolvimento econômico e social local, alinhado às políticas federais voltadas para a geração de emprego e renda. Com um planejamento estratégico que integre interesses públicos e privados, incentivaremos práticas sustentáveis, inovação e responsabilidade corporativa.

A diversificação da economia local e o fortalecimento de setores estratégicos criarão oportunidades de emprego e renda, promovendo desenvolvimento economicamente viável e socialmente justo. Não é suficiente estarmos estrategicamente localizados, apresentarmos propostas para o município ser um hub logístico e vermos as oportunidades passarem por nossas rodovias e hidrovias: é necessário ação para atrair investimentos.

DIAGNÓSTICO

Porto Velho enfrenta desafios econômicos que limitam o pleno desenvolvimento da cidade. A falta de incentivos para práticas sustentáveis e a concentração de atividades econômicas em poucos setores resultam em uma economia vulnerável e desigual. Pequenas e médias empresas, que são motores do desenvolvimento local, frequentemente encontram dificuldades para acessar crédito e inovar. Além disso, a infraestrutura urbana e rural necessita de melhorias para suportar um crescimento econômico robusto.

A economia solidária, a economia criativa, a economia compartilhada, e outras formas de geração de emprego e renda, são alternativas promissoras para a inclusão social que ainda carecem de apoio e estrutura adequadas. A diversificação da economia é limitada, com

setores como turismo ecológico, agricultura sustentável e tecnologia ainda subaproveitados. A falta de estratégia integrada e parcerias eficazes entre governo, empresas e sociedade civil impedem a implementação de projetos de desenvolvimento de grande impacto.

PROPOSTAS

I - Apoio às pequenas e médias empresas

1. Incentivos fiscais e financeiros: criação de programas de apoio financeiro e incentivos fiscais, facilitando o acesso a crédito e promovendo inovação e empreendedorismo, com especial atenção para atividades que contratam mão-de-obra local e adquiram insumos da região.
2. Capacitação e formação: oferecimento de cursos e workshops para capacitar empreendedores, melhorando a gestão e a competitividade dos negócios locais.
3. Diagnóstico das potencialidades econômicas: realizar, em parceria com o Sistema S, com as universidades, com o setor privado e outros parceiros, diagnóstico das potencialidades econômicas no município de Porto Velho para canalizar esforços e recursos para novos setores os quais o município possua capacidade de desenvolver.

4. Implementar programas de verticalização da produção: programas de flexibilização de normas para apoiar a verticalização da produção, sobretudo nas atividades agrícolas e pecuárias, a partir da estrutura pública disponível nas secretarias municipais de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Comércio, Turismo e outras unidades estratégicas do município.

II - Desenvolvimento de setores estratégicos

5. Agronegócio sustentável: promoção de práticas agrícolas sustentáveis que respeitem o meio ambiente e aumentem a produtividade, gerando mais empregos no campo.

6. Turismo e cultura: valorização do potencial turístico e cultural da cidade, desenvolvendo infraestrutura e promovendo eventos que atraiam visitantes e impulsionem a economia local.

III - Fomento à economia solidária

7. Cooperativas e associações: incentivo à criação e ao fortalecimento de cooperativas e associações, promovendo a economia solidária como alternativa para geração de renda e inclusão social.

8. Comércio justo: estímulo ao comércio justo e ao consumo consciente, valorizando os produtos locais e garantindo condições dignas de trabalho para todos.

9. Construção de espaços: disponibilizar espaços estratégicos e apropriados para a exposição, divulgação e comercialização dos produtos e serviços ofertados pelos empreendimentos solidários, suas cooperativas e associações. A Economia Solidária existe em Porto Velho e precisa ser reconhecida pela população.

IV - Infraestrutura e inovação

10. Investimentos em infraestrutura, visando melhoria da infraestrutura urbana e rural, incluindo transporte, saneamento e energia, criando ambiente favorável para o desenvolvimento econômico.

11. Tecnologia e inovação: apoio às iniciativas de inovação tecnológica, incentivando startups e empresas de tecnologia a se estabelecerem na cidade.

V - Parcerias Público-Privadas

12. Colaboração estratégica: estabelecimento de Parcerias Público-Privadas (PPPs) para realizar projetos de grande impacto, atraindo investimentos e compartilhando responsabilidades entre governo e iniciativa privada.

PROPOSTAS DETALHADAS

As nossas propostas são fundamentadas em uma estratégia de desenvolvimento econômico e social de médio e longo prazo, e incluem:

1. Criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Porto Velho, com representantes dos trabalhadores, setores empresariais, cooperativas, associações, universidades, organizações sociais, associações de bairros e produtores, e representantes dos distritos da Ponta do Abunã e Baixo Madeira.

2. Formulação e implementação, de forma democrática e participativa, de estratégia de desenvolvimento econômico e social, indicando investimentos prioritários e necessários para a atração de novos empreendimentos (energia, água, internet, pavimentação, segurança, habitação, entre outros).

3. Atualização da Lei 1.628/2005, que instituiu a Política Municipal de Fomento à Economia Popular e Solidária em Porto Velho, para regular o cadastro municipal dos empreendimentos solidários, acesso à crédito e capacitação, apoio ao desenvolvimento de tecnologias sociais e programas de compras governamentais.

4. Consolidação, fortalecimento e desenvolvimento das principais cadeias econômicas da cidade, elaborando programas específicos para atrair fornecedores das atuais empresas industriais.

5. Estruturação de uma rede de micro e pequenos negócios, cooperativas e outros empreendimentos geradores de renda.

6. Desenvolvimento e fortalecimento de cadeias produtivas nas áreas de turismo, espetáculos e gastronomia.

7. Incentivo ao associativismo e ao cooperativismo, especialmente na zona rural da Ponta do Abunã e Baixo Madeira.

8. Criação do Banco de Oferta de Serviços para facilitar a intermediação entre ofertantes e demandantes, atendendo empresários, trabalhadores autônomos, associações e cooperativas.

9. Criação do Banco Social de Porto Velho (Banco do Povo) como instrumento de inclusão financeira e bancária da população de baixa renda, promovendo o desenvolvimento econômico local e focando nas necessidades de microcrédito para negócios familiares, pequenos produtores e pequenos empreendedores individuais.

10. Criação de polo de produção de hortifrutigranjeiros e de pequenas agroindústrias.

11. Estimular a diversificação da produção agrícola e seu beneficiamento para agregar valor, possibilitando seu comércio nas feiras locais, em Manaus e por meio de central de vendas digital, marketplace na internet.

12. Estabelecer parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO) para estimular a vocação agroindustrial de Porto Velho.

13. Fomentar negócios inovadores e criativos, como a criação de um polo digital, reunindo novos empreendedores e startups a partir de incubadoras de novos negócios.

14. Criação da Lei Municipal do Programa de Aquisição de Alimentos Institucional (PAAI), para assegurar a compra de 30% de produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

15. Articulação com as Usinas Hidrelétricas (UHEs) de Jirau e Santo Antônio para capacitação, formação e disseminação de atividades ecossustentáveis, visando geração de renda e sustento das famílias impactadas pelas usinas.

16. Ampliação dos espaços e das condições de oferta dos produtos oriundos da agricultura familiar e agroextrativistas, inclusive ampliando a cobertura das feiras de bairros.

17. Incentivo aos sistemas agroecológicos de produção, com melhor utilização dos recursos naturais e redução do uso de agrotóxicos.

18. Aplicação do tratamento preferencial previsto em lei às micro e pequenas empresas nas compras da prefeitura.

19. Implementação de padronização para criação de produtos porto-velhenses, agregando valor à produção local (ex.: farinha de demarcação).

20. Manutenção das estradas vicinais para escoamento da produção das áreas secas e estrutura fluvial para escoamento da produção ribeirinha.

21. Revitalização da avenida Sete de Setembro: mobilizar o corpo técnico da prefeitura, comerciantes da região e os grupos de interesse para estudar experiências no país, visando a revitalização do centro histórico e, em especial, a Av. Sete de Setembro e seu entorno.

Com essas ações, buscamos construir um futuro no qual o desenvolvimento econômico seja sustentável e inclusivo, beneficiando todos os cidadãos de Porto Velho. Nosso compromisso é com a geração de emprego e renda, promovendo economia que seja justa, solidária e capaz de enfrentar os desafios do presente e do futuro.





O desenvolvimento rural social e sustentável é fundamental para garantir um futuro próspero e equilibrado para Porto Velho. O governo da coligação RENOVA PORTO VELHO, compromete-se a promover um crescimento rural que seja inclusivo, ambientalmente responsável e focado na melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. A transição ecológica no meio rural, expressa através da adoção da agroecologia, visa a produção de alimentos saudáveis e a redução gradativa do uso de agrotóxicos. O apoio ao cooperativismo, à agricultura familiar e às compras de produtos pelo poder público será essencial para alcançar um desenvolvimento socioeconômico inclusivo e sustentável no campo.

DIAGNÓSTICO

Porto Velho enfrenta desafios significativos no que diz respeito ao desenvolvimento rural. A agricultura familiar, vital para a segurança alimentar e a economia local, ainda enfrenta dificuldades relacionadas à infraestrutura, logística e acesso aos mercados. A dependência de práticas agrícolas convencionais, como o uso intensivo de agrotóxicos e monoculturas, compromete a sustentabilidade ambiental e a saúde das comunidades rurais.

Além disso, a falta de apoio técnico e financeiro limita o potencial da agricultura familiar e dos agroextrativistas. A ausência de políticas eficazes para a comercialização dos produtos e o subaproveitamento das áreas urbanas e periurbanas para a agricultura urbana também são questões que precisam ser abordadas. É necessário um esforço conjunto para promover práticas agrícolas sustentáveis, apoiar a economia solidária e proteger os recursos naturais e culturais das populações tradicionais.

PROPOSTAS

Nosso programa para o desenvolvimento rural social e ambientalmente sustentável contempla as seguintes diretrizes e ações:

I - Estimular a agricultura familiar com princípios agroecológicos

1. Promover a manutenção de variedades e cultivos locais.
2. Incentivar práticas tradicionais de manejo e desenvolvimento rural sustentável.
3. Reduzir gradativamente o uso de agrotóxicos.

II - Ampliar os espaços e condições de comercialização dos produtos da agricultura familiar

4. Priorizar aquisições para a alimentação escolar pelo governo municipal.
5. Ampliar os pontos de vendas de produtos em mercados municipais e bairros da periferia (feiras, sacolões, varejões, entre outros).

III - Investir em infraestrutura e logística para o escoamento da produção

6. Melhorar o acesso ao mercado consumidor para os produtos alimentares.

IV - Reservar áreas urbanas e periurbanas ociosas para a agricultura urbana

7. Produzir alimentos, mudas de espécies florestais e medicinais.
8. Priorizar a geração de renda e a distribuição de alimentos para a população em risco social.

V - Incentivar a produção alimentos orgânicos e culturas diversificadas

9. Incentivar a produção diversificada de alimentos.
10. Incentivar a produção de alimentos orgânicos.

VI - Fortalecer o Sistema de Inspeção Municipal (SIM)

11. Promover a inserção de agroindústrias informais no SIM.
12. Garantir segurança alimentar e a qualidade dos produtos.
13. Abrir mercado para os produtores da agricultura familiar.

V - Criar mecanismos e fiscalização para proibir a pulverização aérea de agrotóxicos

14. Fiscalizar o uso e o descarte adequado das embalagens de agrotóxicos.

VI - Incentivar e investir na sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca

15. Promover a comercialização e o consumo do pescado.

VII - Fortalecer o uso sustentável dos recursos naturais em reservas extrativistas

16. Proteger os meios de vida e a cultura das populações tradicionais e indígenas.

VIII - Estabelecer pagamento por serviços ambientais a pequenos produtores rurais

17. Incentivar a preservação de nascentes.
18. Apoiar famílias extremamente pobres em áreas de reservas extrativistas ou de conservação ambiental.

IX - Promover políticas de trabalho, geração de emprego e renda e economia solidária

19. Apoiar associações e grupos de mulheres no meio rural, distritos, comunidades e povos tradicionais.

X - Ampliar e fortalecer os programas de capacitação para as mulheres do campo

20. Oferecer treinamentos e cursos para melhorar a capacidade técnica e produtiva.

XI - Fortalecer o programa de distribuição de calcário para agricultores familiares

21. Melhorar a qualidade do solo e aumentar a produtividade agrícola.

Com essas ações, nosso governo se compromete a construir um futuro no qual o desenvolvimento rural seja socialmente equilibrado e ambientalmente sustentável. Promoveremos um ambiente rural próspero, inclusivo e ecologicamente responsável, beneficiando todos os cidadãos de Porto Velho. Nosso objetivo é garantir que cada pessoa tenha acesso a oportunidades que promovam a qualidade de vida e o bem-estar, respeitando e valorizando os recursos naturais e culturais da nossa região.

8. IGUALDADE E GARANTIA DE DIREITOS: FUNDAMENTOS DE UMA SOCIEDADE INCLUSIVA



A sociedade brasileira é notoriamente diversa e Porto Velho não é diferente. Desde a sua origem na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Porto Velho tem acolhido pessoas das mais diversas partes do país e do mundo, formando uma comunidade rica em diversidade cultural e social.

No entanto, o reconhecimento das diferenças de gênero, raça, idade, orientação sexual e capacidades, que muitas vezes resultam em processos profundos de discriminação e desigualdade, será uma prioridade no governo da coligação RENOVA PORTO VELHO. Defendemos a liberdade religiosa, o Estado Laico. O compromisso da Coligação RENOVA PORTO VELHO é com o Estado Laico. As crenças e práticas religiosas são pessoais. Estamos comprometidos em enfrentar esses desafios e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

DIAGNÓSTICO

Porto Velho apresenta uma diversidade significativa em sua população, e essa riqueza cultural e social ainda convive com desigualdades profundas. Mulheres, negros, indígenas, comunidades de gêneros e orientações diversas e jovens enfrentam discriminação e barreiras no acesso às oportunidades e direitos fundamentais.

A ausência de políticas públicas efetivas agrava essa situação, perpetuando um ciclo de exclusão e desigualdade. A capital de Rondônia, embora diversa, ainda precisa avançar em termos de igualdade e garantia de direitos para todos os seus cidadãos e cidadãs.

PROPOSTAS

I - Políticas para mulheres

Promoveremos a assistência integral às mulheres. Nosso programa contemplará as necessidades de mulheres do campo, da cidade, indígenas, negras, ajustando as ações para atender às especificidades de cada segmento.

1. Rede de apoio integral: estruturar rede de apoio integrada para mulheres em todas as áreas essenciais, incluindo educação, saúde, emprego, habitação, justiça e cidadania.
2. Dados e informações: coordenar a coleta de dados sobre o perfil das mulheres no município para elaborar políticas públicas específicas.
3. Valorização de espaços públicos: fortalecer e criar espaços públicos dedicados ao atendimento das mulheres, como Espaço Mulher, Centro de Referência e Assistência a Mulher (CREAS), Centro de Referência a Saúde da Mulher (CRSM), Casa Abrigo, entre outros.
4. Transversalidade das políticas para mulheres: garantir a transversalidade e integralidade das políticas para mulheres em todas as secretarias municipais, assegurando visibilidade orçamentária na Lei Orçamentária Anual (LOA), no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
5. Atualização do plano municipal de políticas para as mulheres: atualizar e ampliar o

Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, fortalecendo espaços de participação social, como Conferências Municipais e o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher (CMDDM).

6. Educação e sensibilização: executar ações de combate à discriminação e violência contra a mulher, realizar campanhas educativas e promover uma educação inclusiva e não sexista nas escolas municipais.

II - Políticas para Juventude

Asseguraremos os direitos específicos da juventude, conforme as diretrizes do Estatuto da Juventude, promovendo políticas de inclusão e participação.

7. Fortalecer o conselho municipal da juventude para garantir a participação ativa dos jovens nas decisões políticas.

8. Inclusão social e econômica: promover políticas de formação, inclusão social e econômica dos jovens, com foco no mercado de trabalho.

9. Educação sexual e saúde: desenvolver ações de educação sexual para prevenir a gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis.

10. Cultura, esporte e lazer: ampliar e descentralizar atividades culturais, esportivas e de lazer.

11. Qualificação profissional: promover a qualificação profissional e gestão de empreendimentos destinados à juventude.

III - Políticas para dependentes químicos

Nosso plano de governo para os dependentes químicos inclui a prevenção, o tratamento e a reintegração social, abrangendo desde a saúde pública até a segurança e o bem-estar do dependente, da família e da sociedade.

Prevenção

12. Desenvolver campanhas educativas nas escolas e comunidades sobre os riscos do uso de drogas e álcool, promovendo um estilo de vida saudável.

13. Estabelecer parcerias com ONGs e outras entidades que já atuam na prevenção e combate ao uso de drogas.

14. Atividades extracurriculares: incentivar a prática de esportes, cultura e outras atividades que possam ocupar o tempo livre dos jovens, afastando-os do risco das drogas.

Tratamento

15. Centros de reabilitação: criar ou melhorar centros de reabilitação especializados no tratamento de dependentes químicos, oferecendo suporte médico, psicológico e social.

16. Implementar programas de desintoxicação com acompanhamento médico e psicológico, garantindo a recuperação física e mental dos dependentes.

17. Introduzir programas de redução de danos: como a distribuição de kits de higiene para reduzir os riscos à saúde entre usuários ativos.

Reintegração Social

18. Capacitação profissional: oferecer cursos de capacitação e programas de reintegração no mercado de trabalho para ex-dependentes, facilitando sua independência e reintegração à sociedade.

19. Apoio psicológico e social: prover acompanhamento psicológico e social contínuo para ex-dependentes e suas famílias, garantindo suporte emocional e orientação.

20. Habitação e acolhimento: desenvolver programas de habitação temporária e acolhimento para dependentes em recuperação, proporcionando um ambiente seguro e estável.

Nosso compromisso é com uma Porto Velho inclusiva, onde todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de sua origem, gênero, raça, orientação sexual ou capacidades, possam viver em um ambiente de respeito e igualdade. Juntos construiremos uma cidade que reconheça e celebre sua diversidade, promovendo o desenvolvimento social e a coesão comunitária.





Cultura e Identidade

A cultura desempenha um papel fundamental na formação da identidade e autoestima de uma comunidade, abrangendo valores, crenças, práticas e artes que moldam a vida social. Reconhecendo a importância da cultura, o plano de governo de Célio Lopes para Porto Velho, pela coligação RENOVA PORTO VELHO, propõe uma Política de Cultura que a trate como um direito básico, vital para o desenvolvimento econômico e social. A proposta visa garantir a inclusão de todas as expressões culturais e combater desigualdades no acesso aos bens culturais, promovendo a preservação do patrimônio e a valorização da diversidade local.

Diagnóstico e Propostas

Porto Velho possui uma rica diversidade cultural, mas enfrenta desafios como a limitação no acesso a bens culturais, infraestrutura inadequada nas áreas periféricas e falta de uma política cultural integrada. As propostas incluem:

Sistema Municipal de Cultura

1. Criação e manutenção do Fundo Municipal de Cultura.
2. Implementação de um Plano Municipal de Cultura com metas claras e participação social.
3. Atualização do Cadastro Cultural e realização periódica de Conferências Municipais de Cultura.

Equipamentos e Eventos Culturais

4. Estruturação e incentivo para equipamentos culturais como cinemas, teatros e museus.
5. Construção do Centro Multieventos para realização de grandes eventos culturais como Carnaval, Flor do Maracujá, Expovel (exposição agropecuária), eventos empresariais (Centro de Convenções), eventos religiosos, cívicos e militares
6. Revitalização da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, um patrimônio histórico e cultural de Porto Velho.
7. Desenvolvimento de um calendário contínuo de ações culturais e revitalização dos Pontos de Cultura.

Patrimônio e Festas Populares

8. Preservação do patrimônio arquitetônico e consolidação do corredor cultural.
9. Valorização das festas populares e descentralização dos eventos culturais.

Esporte e Lazer para Todos

10. O governo da coligação RENOVA PORTO VELHO compromete-se a promover o esporte e o lazer como direitos fundamentais, essenciais para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida. As propostas visam garantir a acessibilidade e promover o bem-estar através de:

Sistema Municipal de Esportes e Lazer

11. Criação de uma política pública participativa com supervisão do Conselho Municipal de Esporte e Lazer.
12. Realização de conferências para desenvolver estratégias baseadas nas demandas da população.

Equipamentos e Recursos

13. Construção e melhoria de espaços esportivos e comunitários modulares.
 14. Abertura de quadras escolares à comunidade e capacitação de profissionais.
- Capacitação de gestores, professores, técnicos e lideranças esportivas comunitárias para melhorar a qualidade das atividades oferecidas.

Atividades e Inclusão

15. Implementação de atividades culturais e esportivas em praças e escolas.
16. Criar atividades voltadas para mulheres, crianças, adolescentes, adultos, idosos e pessoas com deficiência.
17. Criação do Programa Qualidade de Vida com academias ao ar livre, para apoiar o paradesporto e estimular práticas esportivas e hábitos saudáveis na população
18. Fortalecimento dos centros esportivos comunitários e ampliação das escolinhas esportivas.
19. Contribuir para a captação de eventos esportivos locais, regionais e nacionais, fortalecendo a prática esportiva, incluindo o paradesporto, em parceria com as entidades e federações esportivas.

Campeonato Municipal de Voadeiras

20. Porto Velho, com suas vastas e belas hidrovias, possui um potencial inexplorado para a realização de eventos esportivos náuticos. A criação do Campeonato Municipal de Voadeiras visa promover o esporte, incentivar o turismo, e fortalecer a identidade cultural da nossa cidade.

Estas propostas visam transformar Porto Velho em uma cidade mais justa, inclusiva e vibrante, onde a cultura e o esporte sejam acessíveis a todos, promovendo a integração e o bem-estar da população.

Nosso compromisso é transformar Porto Velho em uma cidade em que a cultura, o esporte e o lazer sejam acessíveis a todos, promovendo inclusão e qualidade de vida. Com essas propostas, visamos criar um ambiente mais saudável e harmonioso, onde o convívio entre gerações e a prática de atividades físicas e culturais sejam incentivados e facilitados.

Juntos construiremos uma cidade mais justa, inclusiva e vibrante, celebrando a diversidade e promovendo o bem-estar de todos os cidadãos.



A segurança pública é uma preocupação central para a população de Porto Velho. Embora a responsabilidade primária pela segurança pública recaia sobre o governo estadual, a prefeitura tem um papel vital na prevenção do crime e da violência. Esse plano de governo propõe ações estratégicas para promover uma cidade mais segura, tranquila e acolhedora para todos os seus cidadãos.

Porto Velho enfrenta desafios significativos relacionados à criminalidade, especialmente entre os jovens. A falta de oportunidades educacionais, culturais e de lazer, aliada à ausência de espaços públicos seguros e bem iluminados, contribui para o aumento da violência. A cidade também carece de uma infraestrutura adequada de videomonitoramento e de iniciativas que promovam a participação comunitária na segurança pública.

PROPOSTAS

I - Guarda municipal de Porto Velho

1. Criar a guarda municipal de Porto Velho para atuar na proteção dos bens, serviços e instalações do município, além de colaborar com as forças de segurança do Estado nas áreas de trânsito e na proteção das nossas crianças nas escolas.

II - Programas de prevenção ao crime e à violência

2. Implementar programas educacionais e sociais para jovens, incluindo atividades esportivas, culturais e de lazer.
3. Desenvolver iniciativas de formação profissional para jovens e adultos, oferecendo alternativas construtivas à marginalidade.

III - Engajamento comunitário

4. Criar conselhos comunitários de segurança para promover a participação ativa dos moradores, comerciantes e líderes comunitários na elaboração de políticas de segurança.
5. Realizar campanhas de conscientização sobre prevenção ao crime, uso seguro da internet e cidadania.

IV - Uso de tecnologia

6. Instalar sistemas de videomonitoramento em pontos estratégicos da cidade, especialmente nas proximidades de escolas e nas vias principais.
7. Criar um aplicativo de segurança para smartphones, facilitando o reporte de incidentes e a coordenação com as forças de segurança.

V - Melhoria da infraestrutura urbana

8. Ampliar e melhorar a iluminação pública, especialmente em áreas vulneráveis.
9. Urbanizar e revitalizar espaços públicos, incluindo manutenção de áreas verdes e parques.

VI - Apoio às vítimas e reintegração de ex-detentos

10. Oferecer assistência psicológica e jurídica às vítimas de crimes.
11. Desenvolver programas de reintegração para ex-detentos, incluindo apoio psicológico, capacitação profissional e encaminhamento para oportunidades de emprego.

VII - Parcerias e colaboração

12. Fortalecer a cooperação com as forças de segurança estaduais, como a Polícia Militar e a Polícia Civil.
13. Buscar parcerias com a iniciativa privada para apoiar os programas de segurança, tanto financeiramente quanto logisticamente.

O compromisso da administração municipal é transformar Porto Velho em uma cidade mais segura e inclusiva, por meio de ações integradas que envolvam prevenção, tecnologia, participação comunitária e melhoria da infraestrutura urbana. Com essas medidas, acreditamos ser possível reduzir a criminalidade e promover uma melhor qualidade de vida para todos os cidadãos.





A sustentabilidade ambiental é um pilar fundamental para nossa administração, guiada pela convicção de que é plenamente possível harmonizar crescimento econômico com conservação ambiental. Experiências bem-sucedidas no Brasil, em Rondônia e em Porto Velho demonstram que, ao integrar práticas sustentáveis, é possível proteger o meio ambiente e fomentar o desenvolvimento econômico de longo prazo.

Este compromisso é especialmente relevante em Porto Velho, já que a cidade deve se destacar positivamente no cenário nacional devido à sua localização no bioma amazônico. No entanto, a realidade mostra uma situação crítica, com a capital de Rondônia se posicionando negativamente no Índice de Progresso Social (IPS Brasil) na subdimensão Qualidade do Meio Ambiente. Porto Velho ocupa a 5.371ª posição entre os 5.570 municípios do país, com uma classificação de 43,29, destacando-se negativamente em indicadores como a) Emissão de CO₂ por habitante, b) Focos de Calor, c) Índice de Vulnerabilidade Climática dos Municípios (IVCM) e d) Supressão da Vegetação Primária e Secundária.

DIAGNÓSTICO

Porto Velho enfrenta diversos desafios ambientais que afetam diretamente a qualidade de vida de seus cidadãos e comprometem o desenvolvimento sustentável da região:

I - Eventos climáticos extremos: A crescente frequência e intensidade de eventos como secas e enchentes, exemplificados pela cheia de 2014, evidenciam a vulnerabilidade da cidade. Esses eventos têm causado destruição de infraestrutura, perda de colheitas e interrupção de serviços essenciais, como abastecimento de água e energia elétrica, além de agravar problemas de saúde pública.

II - Desmatamento e degradação florestal: A expansão agrícola e a exploração madeireira sem controle têm resultado na destruição de florestas, perda de biodiversidade e comprometimento dos serviços ecossistêmicos. Esses fatores agravam as condições ambientais e socioeconômicas, principalmente em áreas rurais e indígenas.

III - Poluição dos recursos hídricos: A poluição dos rios devido ao despejo de resíduos industriais e domésticos é um problema sério que afeta a saúde pública, compromete a biodiversidade aquática e reduz a qualidade da água disponível para consumo e outras atividades.

IV - Assoreamento dos rios: O acúmulo de sedimentos nos leitos dos rios, resultado da erosão do solo, dificulta a navegação, reduz a capacidade de suporte à vida aquática e agrava a escassez de recursos hídricos.

V - Deslocamento de comunidades e impactos sobre povos indígenas: As alterações ambientais e a falta de políticas de proteção e inclusão social têm levado ao deslocamento de comunidades ribeirinhas e indígenas, resultando em perda de identidade cultural e dificuldades econômicas.

VI - Queimadas: Realizar queimadas é uma prática recorrente e elas causam destruição da fauna e flora, contribuem para as emissões de gases de efeito estufa e são responsáveis por uma série de problemas de saúde pública, incluindo doenças respiratórias.

A reversão deste quadro negativo é essencial para a proteção ambiental e para a melhoria

da qualidade de vida da população de Porto Velho. A administração municipal tem o dever de implementar políticas integradas que protejam o ar, a água, os minérios, a fauna e a flora, garantindo a soberania e o desenvolvimento sustentável do município.

PROPOSTAS

1. Proteção dos recursos hídricos: implementar programas de conservação e recuperação de rios e nascentes, garantindo água de qualidade e em quantidade para as futuras gerações.
2. Multiplicação de parques e arborização urbana: criar e revitalizar áreas verdes, além de intensificar a arborização urbana para melhorar a qualidade do ar e proporcionar espaços de lazer.
3. Distribuição de mudas: Desenvolver programa de distribuição de mudas para incentivar a população a plantar árvores e contribuir para a ampliação das áreas verdes.
4. Repovoamento de rios e igarapés: implementar programa de repovoamento com peixes, visando a sustentabilidade da pesca e a recuperação de espécies nativas.
5. Mitigação de desastres ambientais: desenvolver um plano de mitigação de riscos de enchentes e deslizamentos, com mapeamento de áreas vulneráveis e ações preventivas.
6. Engajamento comunitário: estimular a responsabilidade e participação da sociedade no controle da poluição e no consumo responsável, promovendo a conscientização ambiental.
7. Sustentabilidade empresarial: Incentivar empresas locais a adotarem práticas sustentáveis, promovendo a transição para uma economia de baixo carbono.
8. Energia renovável: Promover o uso de energias renováveis, como a instalação de painéis solares nas unidades da prefeitura e outras iniciativas para reduzir a pegada de carbono.
9. Iniciar a renovação da frota de veículos da prefeitura, introduzindo carros elétricos. A adoção de carros elétricos pela prefeitura representa um passo significativo em direção à sustentabilidade e à eficiência energética. Esses veículos, movidos por eletricidade ao invés de combustíveis fósseis, oferecem diversas vantagens ambientais, como a redução das emissões de gases de efeito estufa e a diminuição da poluição sonora.
10. Educação ambiental: estabelecer programas de educação ambiental em escolas, postos de saúde e outros espaços públicos, para sensibilizar a população sobre a importância da preservação ambiental.
11. Recuperação de áreas degradadas: implementar programas de recuperação de áreas degradadas, incluindo a distribuição de calcário para produtores rurais, e promovendo práticas agroecológicas e agroflorestais.
12. Agricultura de baixo carbono: incentivar a adoção de técnicas agrícolas sustentáveis que reduzam a emissão de gases de efeito estufa.
13. Bioeconomia e economia circular: Apoiar iniciativas voltadas para a bioeconomia e economia circular, promovendo a produção, beneficiamento e comercialização de produtos sustentáveis.
14. Bem-estar Animal e Proteção: Implementar políticas de proteção animal, como programas de controle populacional, campanhas de conscientização sobre a posse

responsável, campanhas de adoção, castração e combate ao abandono.

15. Ampliar o atendimento gratuito para cuidados com animais de rua e pets de famílias de baixa renda.

16. Introduzir programas educacionais nas escolas para promover a conscientização sobre os direitos dos animais e a importância do cuidado responsável.

17. Parcerias com ONGs e protetores locais para fortalecer ações comunitárias de proteção animal.

18. Criação de um conselho municipal de proteção animal, envolvendo membros da comunidade e especialistas.

19. Promoção de feiras de adoção e campanhas permanentes para incentivar a adoção de animais abandonados.

Essas ações, aliadas a uma gestão ambiental responsável, visam reverter o quadro negativo atual e transformar Porto Velho em um modelo de sustentabilidade e qualidade de vida.





O plano de governo para a prefeitura de Porto Velho tem como objetivo principal a promoção de uma gestão ética, eficiente e transparente, que ofereça melhores serviços à população e amplie o acesso à informação governamental. A proposta visa fortalecer a capacidade institucional da prefeitura e assegurar que todos os munícipes tenham acesso igualitário aos serviços públicos.

DIAGNÓSTICO

Atualmente, Porto Velho ocupa a 13ª posição no ranking de transparência das capitais brasileiras, com uma pontuação de 55,5/100, sendo classificada como “Regular” pela Transparência Internacional - Brasil. Embora a cidade tenha avançado na regulamentação de importantes legislações, como a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados, ainda existem desafios a serem enfrentados.

A cidade carece de normas sobre dados abertos, proteção para denunciante e transparência em setores críticos como obras públicas e emendas parlamentares. Além disso, há necessidade de maior investimento em iniciativas de participação cidadã e engajamento público.

PROPOSTAS

I - Gestão ética e transparente

1. Combate à corrupção: implementar mecanismos rigorosos de controle interno para combater a corrupção e a impunidade, além de criar canais acessíveis e protegidos para denúncias.
2. Transparência na gestão pública: criar uma plataforma centralizada para a divulgação de dados sobre obras públicas e recursos de emendas parlamentares, garantindo que essas informações sejam disponibilizadas de forma acessível e compreensível para todos.
3. Proteção de denunciantes: Estabelecer normas específicas para proteger denunciantes, garantindo anonimato e segurança para aqueles que reportarem irregularidades.

II - Fortalecimento da capacidade institucional e gerencial

4. Aprimoramento dos serviços públicos: priorizar investimentos em territórios e populações vulneráveis, assegurando que a prefeitura disponha de condições adequadas para atender às necessidades da população.
5. Diálogo com servidores: criar um ambiente de respeito e confiança entre a administração e os servidores públicos, incluindo a instituição de uma Mesa de Negociação para tratar de questões trabalhistas de forma democrática e transparente.
6. Parcerias estratégicas: colaborar com universidades para fortalecer a capacidade técnica da prefeitura e explorar parcerias público-privadas para melhorar a qualidade dos serviços prestados.

III - Inovação e eficiência

7. Governo digital: Avançar para um modelo de Governo Digital, implementando tecnologias que melhorem a prestação de serviços, como atendimentos online e presencial, e o uso de dados para otimizar processos e economizar recursos.

8. Cidades inteligentes: Investir em iniciativas que beneficiem a população, como iluminação pública inteligente, coleta seletiva automatizada de resíduos e sistemas integrados de transporte e segurança.

IV - Participação cidadã

9. Promover consultas públicas e audiências regulares para ouvir a população e incluir suas opiniões na formulação e execução de políticas públicas.

10. Portal da transparência: Manter um portal constantemente atualizado com informações detalhadas sobre gastos, ações e programas da administração municipal, acessível a todos os cidadãos.

Comprometidos com uma gestão ética, transparente e eficiente, buscamos fortalecer a confiança da população e garantir o desenvolvimento sustentável de Porto Velho. Com a implementação dessas propostas, pretendemos construir uma administração pública mais inclusiva, moderna e responsável, que atenda de forma efetiva as reais necessidades da comunidade.

